

Brasil explicará "pacote" a 700 credores na reunião do BID

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O Brasil vai aproveitar a realização da 17ª Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que se reúne em San José da Costa Rica entre os dias 21 e 26 deste mês, para fazer uma apresentação formal do programa de estabilização monetária, baixado pelo presidente José Sarney, à comunidade financeira internacional.

A informação foi dada a este jornal na sexta-feira pelo diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, lembrando que a ocasião se mostrou propícia, já que é comum a participação de um grande número de representantes de bancos, de todas as partes, naquele tipo de evento. Para levar a cabo o seu projeto, o governo brasileiro já está à procura de um auditório em San José que possa abrigar os representantes de cerca de novecentos bancos inscritos para participar da assembléia do BID.

A idéia é transmitir à comunidade bancária informações sobre o conjunto de medidas tomadas pelo governo brasileiro dentro do plano da desindexação, mas a exposição ocorrerá como atividade paralela e independente da assembléia do BID. "Nossa idéia inicial era fazer o que os norte-americanos chamam de um "road show" —



Antonio de Pádua Seixas

quando uma apresentação é programada para vários locais diferentes —, mas seria muito trabalhoso, porque teríamos, no mínimo, de ir a três ou quatro lugares nos Estados Unidos e, ainda, à Europa e ao Japão", explicou o diretor do Banco Central.

A comitiva brasileira para San José da Costa Rica será comandada pelo ministro do Planejamento, João Sayad — ele é o governador do Brasil junto ao BID —, e integrada pelo presidente do Banco Central, Fernão Bracher. Além de Seixas, também o diretor da Área Externa do BC, Carlos Eduardo de Freitas, participará da assembléia.

Os bancos credores receberam, na última sexta-

feira, o texto do telex contendo os termos do acordo recentemente fechado entre o Brasil e o Comitê Assessor da Dívida Externa. Assim, as linhas de curto prazo — interbancário e crédito de comercialização — foram automaticamente prorrogadas a partir deste sábado, dia 15, até o dia 31 de março de 1987. Pelo acordo, conforme informou Antônio de Pádua Seixas, os bancos têm até o final do mês de abril para apresentar seus compromissos de adesão à prorrogação das linhas de empréstimo.

A transferência de parte do interbancário — cerca de US\$ 600 milhões do total de US\$ 5,4 bilhões que está comprometido no projeto — para o crédito de comercialização será feita em três etapas, a partir de agosto deste ano. Desse modo, estarão sendo abatidos, no seu equivalente, os empréstimos de longo prazo. Os US\$ 600 milhões representam parte das amortizações de 1985 devidas às agências de bancos brasileiros no exterior e que serão pagas pelos mutuários finais. Assim, estas agências não precisarão mais dos depósitos dos bancos internacionais e estes, por seu lado, comprometem-se a destinar às linhas de financiamento ao comércio o mesmo montante de recursos.

Seixas reiterou a este jornal que o telex enviado aos cerca de setecentos bancos

que compõem o universo de credores da dívida externa brasileira não introduziu nenhum alteração nos acertos que haviam sido por ele mesmo — como representante do Banco Central — negociados em Nova York. "Apenas fizemos algumas mudanças de redação, em torno de uma linguagem jurídica mais apropriada, que em nada alteram a substância do acordo", explicou ele.

Assim, o Brasil está rolando por sete anos, com cinco de carência, os US\$ 6,1 bilhões de amortizações que venceram no passado, e este mesmo montante de recursos poderá ser reemprestado internamente, durante este ano, apenas para o pagamento do serviço da dívida do setor público. O acesso do setor privado a este reemprestimo ficará sujeito a tetos mensais. As amortizações que vencem neste ano ficarão retidas no Banco Central.